



<b>Título:</b> TÓPICOS ESPECIAIS EM ENGENHARIA DE MINAS II: DIREITO MINERÁRIO			<b>Código:</b> EMN050
<b>Tipo:</b> Disciplina			
<b>Ofertante:</b> Departamento de Engenharia de Minas		<b>Unidade:</b> Escola de Engenharia	
<b>Carga Horária Total:</b> 30 h	<b>Presencial teórica:</b> 00 h	<b>Presencial prática:</b> 30 h	<b>A distância:</b> 00 h
<b>Nº de créditos:</b> 02	<b>Período:</b> a partir do 1º período completo		<b>Classificação:</b> OP
<b>Forma de acesso:</b> Matrícula prévia		<b>Existência de Exame Especial:</b> SIM	

#### Pré-requisitos:

EMN050 – DIREITO MINERÁRIO não possui pré-requisitos.

#### Conhecimentos prévios necessários:

É desejável que o aluno interessado em cursar EMN050 tenha conhecimentos básicos nas principais etapas da mineração: pesquisa de depósitos, lavra, processamento, logística e mercado.

#### Ementa:

Código de Mineração Brasileiro e legislação correlativa (Portarias, Instruções Normativas e Resoluções).

#### Programa:

Tópicos	Conteúdo Programático
1	Regimes jurídicos para aproveitamento de substâncias minerais.
2	Regime de Autorização e Concessão.
3	Regime de Licenciamento.
4	Regime de Permissão de Lavra Garimpeira.
5	Da pesquisa. Do requerimento de pesquisa ao Relatório Final dos Trabalhos de Pesquisa.
6	Da lavra. Requerimento de Lavra. Decreto 9406/2018 e modificações acerca da exigência de licença ambiental.
7	Obrigações do titular da concessão de lavra.
8	Sanções administrativas. Advertência, multa e caducidade.
9	Licenciamento ambiental pertinente ao regime de autorização e concessão.
10	Licenciamento ambiental pertinente ao regime de licenciamento.
11	Resolução CONAMA 237/1997.
12	A Guia de Utilização. Diferenças entre a Portaria 155/2016, artigos 102 a 122 e a Portaria
13	Extração ilegal de substâncias minerais.
14	Normas Reguladoras de Mineração.
15	Portaria 155/2016 do Diretor Geral do DNPM – Consolidação Normativa.

#### Critérios de Avaliação:

A critério do professor, desde que respeitado o §4º do Art. 65 do Regimento Geral da UFMG, que determina que nenhuma avaliação parcial do aproveitamento poderá ter valor superior a 40 pontos.

Sugestão para avaliação:

40,0 pontos de trabalhos.

20,0 pontos primeira prova.

40,0 pontos segunda prova.

#### Bibliografia:

##### Básica:

1. Coletânea de legislação mineral/William Freire, Tiago de Matos. – 2Ed.-Belo Horizonte: Jurídica Editora, 2014.
2. ALMEIDA, Humberto Mariano de. Mineração e meio ambiente na Constituição Federal. São Paulo: LTr, 1999.
3. PINTO, Uile Reginaldo. Consolidação da Legislação Mineral e Ambiental. 11 ed. atual. rev. Brasília: LGE Editora, 2008.

##### Complementar:

1. Site: [www.dnpm-pe.gov.br](http://www.dnpm-pe.gov.br) (Sítio da Agência Nacional de Mineração. Gerência Regional de Pernambuco).